

Socialismo e distribuição da produção

JORGE MIGLIORI*

Com o colapso da União Soviética e de seus “satélites”, a desagregação da Iugoslávia e a guinada da China rumo ao desconhecido, muitos dogmas e muitas ilusões vieram abaixo, criando um momento propício à reflexão sobre o socialismo, não apenas para entender seu passado mas também para discutir seu futuro. Nesse sentido, é importante levantar novamente as questões fundamentais do socialismo: democracia, Estado, partido político, propriedade dos meios de produção, planejamento e gestão da economia, etc. Aqui discutiremos o problema da distribuição da produção, abordando-o em suas linhas gerais — isto é, sem entrar em seus aspectos “técnicos” — e, para simplificar, isolando-o de outros problemas cruciais de organização do sistema econômico socialista.

De acordo com Engels e Marx, o elemento fundamental do socialismo como forma de organização da sociedade é a propriedade social dos meios de produção, que dá origem a um novo modo de distribuição dos produtos, a novas relações de produção e a uma superestrutura correspondente. Quanto à distribuição dos produtos, essa seria feita — segundo a conhecida fórmula de Marx — de acordo com a capacidade de trabalho de cada indivíduo, na fase inferior do sistema social comunista (ou socialista), ou de acordo com as necessidades de cada indivíduo, na fase superior.

Para simplificar a exposição, vamos chamar de *comunismo* a fase superior e de *socialismo* a fase inferior, reservando o termo *período de transição* para a fase de transformações econômicas e sociais que vai da derrubada do capitalismo até a implantação do sistema socialista — que, por sua vez, não deve ser considerado como sistema definitivo, mas como um momento histórico intermediário até a implantação do sistema comunista. Pois bem, é do socialismo que desejamos tratar. O sistema comunista é uma perspectiva longínqua a ser implantado num futuro ainda não conhecido e dificilmente previsível. O socialismo está temporalmente mais perto do capitalismo, como sistema que sucederá este último, e por isso é de mais fácil visualização, com base no conhecimento do presente e de suas tendências observáveis.

Por essa mesma razão, a imagem que podemos fazer do socialismo, de modo realista, está condicionada pelo momento histórico pelo qual passa o capitalismo. Para dar um exemplo simples: deixando de lado outras partes do mundo e considerando apenas os países europeus mais avançados economicamente na metade do século XIX (quando Engels e Marx redigiram o *Manifesto do partido comunista*), que propostas concretas de implantação do socialismo poderiam ser feitas? Eram sociedades basicamente rurais (algumas delas ainda mantendo áreas de relações feudais), a produção industrial se apoiava em pequenas indústrias, manufaturas e até mesmo em ofícios artesanais, em jornadas de trabalho de dezesseis horas, sem experiências democráticas mais amplas, etc. No segundo capítulo do *Manifesto*, seus autores relacionam um conjunto de medidas que deveriam ser adotadas, talvez não tanto para a implantação do socialismo, mas para o período de transição após a tomada do poder pelo proletariado; mesmo assim, e embora as medidas fossem coerentes com o pensamento socialista, elas claramente refletiam o momento histórico em que foram formuladas. Agora, 150 anos depois do *Manifesto*, podemos propor as mesmas medidas? Algumas sim, mas não todas, e teríamos de incluir outras.

O que pretendemos acentuar é que as medidas de criação de uma sociedade socialista variam com o tempo em que são apresentadas: as propostas de hoje não seriam as mesmas de 150 anos atrás, do mesmo modo como uma sociedade socialista criada há 150 anos seria hoje bastante diferente. É preciso advertir, contudo, que não estamos afirmando serem as medidas de criação do sistema socialista exclusivamente dependentes do tempo, do momento histórico em que são apresentadas. Se assim fossem, o socialismo seria um sistema fluido, sem possibilidade de definição antecipada. Na verdade, as propostas de socialismo partem de alguns princípios fundamentais e permanentes — como os da máxima igualdade e máxima liberdade dos seres humanos dentro dos limites impostos pela vida em sociedade. Por sua vez, esses princípios de caráter geral são traduzidos em objetivos específicos a serem alcançados. Por exemplo, como traduzir o ideal da máxima igualdade em medidas concretas nas esferas econômica, política, social? Mesmo deixando de lado o problema de como tratar de modo igual as pessoas

* Professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, *campus* de Araraquara.

que são naturalmente diferentes, a tradução do ideal da igualdade em medidas específicas apresenta diferentes graus de dificuldade.

No âmbito econômico, esse ideal pode ser expresso como o igual acesso de todos os indivíduos de uma sociedade aos bens e serviços aí criados. Talvez os socialistas de todos os tipos concordem com essa forma de expressão, mas a partir daí começam as divergências. Para os marxistas (e essa é uma concepção central em sua idéia de sistemas socialista e comunista), o ideal da igualdade no âmbito econômico só pode ser alcançado através da propriedade social dos meios de produção. Todavia, para os socialistas “moderados” (chamemos assim para evitar outras designações polêmicas), os meios de produção poderiam continuar privados, porém os bens e serviços de consumo seriam distribuídos de modo mais equitativo do que usualmente acontece no capitalismo, através de medidas estatais (impostos diretos e indiretos incidentes proporcionalmente menos nas camadas mais pobres da população, subsídios aos chamados “produtos essenciais” de consumo, assistência médica e educacional gratuita, etc.) e de medidas adotadas pelo próprio setor privado da economia (elevação de salários, pleno emprego da força de trabalho, redução de preços, etc.). De acordo com os marxistas, essa posição “distributivista” dentro do sistema capitalista é puramente ilusória, porque a distribuição dos bens e serviços é resultado das condições de produção; portanto, também estas últimas precisam ser mudadas para que a divisão seja mais equitativa, e a forma radical de fazer isso é eliminando a propriedade privada dos meios de produção. O mundo atual confirma a crítica marxista ao “distributivismo”: nos vinte e cinco anos após a Segunda Guerra Mundial, quando o capitalismo se expandia em ritmo jamais visto em sua história, a classe operária melhorou consideravelmente seu nível de vida e obteve algumas importantes vitórias, mas tudo isso começou a ser revertido a partir da depressão econômica da década de 1970 e com o crescente domínio do liberalismo econômico.

Voltemos agora a uma questão inicial: a diferença entre o sistema socialista (ou fase inferior) e o comunista (ou fase superior) baseada na possibilidade de acesso dos indivíduos aos bens e serviços disponíveis na sociedade. No primeiro sistema, aquele que está mais próximo do capitalismo, ao qual sucedeu, o acesso depende da capacidade de trabalho de cada indivíduo: quem tem maior capacidade obtém maior quantidade de produtos. Na fase comunista, todos os indivíduos têm igual acesso aos produtos, de acordo com suas

necessidades mas independentemente de sua capacidade de trabalho. Essa diferença pode ser justificada de maneira bem realista. Primeiro porque, para que todos os indivíduos possam dispor dos produtos segundo suas necessidades, é preciso que haja uma abundância da produção, coisa só possível numa sociedade onde as forças produtivas tenham atingido um nível muito alto de desenvolvimento, ou seja, muito tempo depois da liquidação do capitalismo; até atingir-se esse nível é necessário impor uma restrição ao acesso ilimitado aos produtos, e a restrição sugerida é a capacidade de trabalho. Segundo porque, para que a produção possa ser distribuída entre os indivíduos de acordo com suas necessidades, é preciso que eles tenham um elevado nível de consciência social – para evitar abusos e desperdícios –, a qual provavelmente só será alcançada também muito tempo após a eliminação do capitalismo e dos comportamentos egoístas inerentes a esse sistema; até lá, se alguém desejar maior quantidade de produtos, não importando seus motivos, terá de depender maior capacidade de trabalho, o que refreará as tendências aos abusos e desperdícios.

A distribuição da produção de acordo com o princípio da necessidade (no comunismo) realiza o ideal da máxima igualdade, reconhecendo que as pessoas são diferentes e, portanto, têm necessidades diferentes. Quanto ao princípio de “a cada um segundo sua capacidade” (no socialismo), o ideal não é plenamente satisfeito: indivíduos com maiores necessidades podem receber uma parcela menor da produção do que outros indivíduos com menores necessidades, porém providos de maior capacidade de trabalho. Mesmo numa sociedade onde existe uma escassez relativa de produção, o uso da “capacidade de trabalho” como critério de distribuição poderia ser substituído por outro; por exemplo, por cupons individuais ou familiares de consumo levando em conta as necessidades, mas restringindo o valor total em função da escassez (algo parecido com os cupons de racionamento usados em países europeus durante a Segunda Guerra Mundial). Mas esse procedimento, embora mais justo em termos de igualdade, seria muito complicado e exigiria enorme trabalho burocrático.

Para avaliar corretamente o sistema socialista, sem ilusões, é fundamental reconhecer que ele não constitui a realização final do ideal comunista, mas uma fase intermediária que, durante um tempo, ainda sofrerá as conseqüências da herança recebida do sistema que o precedeu, o capitalismo, em todas as áreas da vida. Se o socialismo começar a ser instaurado em países onde

as forças produtivas alcançaram elevado nível de desenvolvimento e se der prosseguimento a esse processo, então será possível efetuar uma distribuição mais equitativa e mais adequada às necessidades dos indivíduos, mesmo que continue adotando o princípio de “a cada um segundo sua capacidade” – princípio que é uma das heranças do capitalismo, e que, em outros termos, nada mais é do que o chamado “incentivo material à produção”: deve ganhar mais aquele que trabalhar mais. A preservação desse princípio – devidamente suavizado no socialismo pela maior equalização dos rendimentos e pelo atendimento de necessidades básicas dos indivíduos, como saúde, educação, moradia, etc. – pode ser justificada por dois motivos: primeiro, para estimular a produção, tendo em vista a existência da escassez, e, segundo, para incentivar a participação dos indivíduos no processo produtivo.

O que pretendemos acentuar é que as medidas de criação de uma sociedade socialista variam com o tempo em que são apresentadas: as propostas de hoje não seriam as mesmas de 150 anos atrás, do mesmo modo como uma sociedade socialista criada há 150 anos seria hoje bastante diferente.

A opção pelo socialismo, em lugar do capitalismo, não implica um voto de pobreza. Assim, mesmo que o objetivo socialista não seja apenas o de satisfazer as necessidades materiais das pessoas, é importante que ele o faça, elevando os níveis de produção. Isso será um benefício para as pessoas que nele vivem e uma demonstração de sua superioridade em relação ao capitalismo. A história do colapso do “mundo soviético” deixou claro que a grande maioria de sua população escolheu voltar a viver no regime capitalista não só por motivos políticos (anseio por liberdades políticas e individuais, repulsa pelo governo e pelo partido oficial, etc.), mas também pelo cansaço de viver em situação geral de carência com períodos cada vez mais freqüentes de crises de abastecimento. Por outro lado, também é preciso fazer com que as pessoas trabalhem, não apenas de forma rotineira, mas com

empenho e criatividade para melhorar o atendimento das necessidades. Movidos pelo objetivo do lucro, os capitalistas fazem isso através de penalidades e gratificações, isto é, despedindo ou rebaixando seus trabalhadores menos empenhados e promovendo e remunerando melhor aqueles mais motivados, além de também recorrerem a valores morais relativos ao trabalho. No caso do socialismo o uso de penalidades deve ser evitado ou pelo menos bastante restringido. Assim, restam os incentivos. Enquanto houver escassez relativa de bens e serviços e enquanto houver trabalhadores ansiosos por obter maiores parcelas de produtos, os incentivos materiais (que podem ser expressos por maiores remunerações) serão úteis para obter maior empenho e criatividade desses trabalhadores. Os incentivos morais, agora relacionados aos ideais socialistas, provavelmente terão efeitos muito reduzidos, ou por atingirem apenas um círculo limitado de pessoas ou por funcionarem apenas durante breves períodos de tempo. As experiências do “mundo soviético” mostram isso: excetuando alguns momentos de grande fervor (por exemplo, logo após a derrubada do capitalismo e durante a Segunda Guerra Mundial), os incentivos morais deixam de atuar.

Outra questão polêmica é a do mecanismo de distribuição da produção. Cada trabalhador tem direito a uma quota da produção e essa quota, no socialismo, é determinada por sua capacidade de trabalho. O modo de fazer isso é atribuindo-lhe uma remuneração periódica (digamos mensal). No capitalismo, essa remuneração é o salário, que é uma parte do capital usada para a compra da força de trabalho, necessária para a valorização do próprio capital. O uso da palavra “salário” para designar essa remuneração no socialismo tem gerado enorme confusão, porque lhe é atribuído o mesmo significado que tem no capitalismo. Mas isso é falso: a remuneração do trabalhador não corresponde ao valor da força de trabalho no mercado, mas sim à quota da produção total a que ele tem direito por sua participação no processo produtivo.

O fato de a remuneração ser feita com dinheiro aumenta a confusão, como se a simples existência dele fosse prova da permanência do sistema capitalista. Acontece aí uma “fetichização” do dinheiro; a imagem feudal do dinheiro como “excremento do diabo” é substituída pela imagem socialista romântica do dinheiro como “excremento do capitalista”. Na verdade, em suas funções tradicionais, a moeda é tão antiga quanto a civilização. No caso da remuneração do trabalhador no socialismo, o dinheiro continua cumprindo essas

mesmas funções: serve como unidade de medida — não do valor da força de trabalho, mas da participação do trabalhador no processo produtivo e, conseqüentemente, da quota da produção a que ele tem direito —, serve como instrumento para adquirir bens e serviços equivalentes a essa quota e serve como meio de poupança — ou seja, para adiar seus gastos. O dinheiro não é usado como capital para comandar os meios de produção e a força de trabalho. A ingenuidade dos críticos ao uso do dinheiro no socialismo se torna evidente quando se tenta imaginar um sistema alternativo de distribuição pessoal da produção. Através da remuneração direta em produtos, como nas sociedades primitivas? Através de cupons de consumo? Além de isso ser extremamente complicado e burocratizado, os cupons acabam assumindo as mesmas funções do dinheiro e, portanto, convertem-se em moeda. Através do livre acesso aos bens e serviços? Isso já foi discutido antes.

Ainda na questão da distribuição, outra palavra que causa calafrios nos socialistas românticos (defensores do socialismo “puro”, não conspurcado por heranças capitalistas) é “mercado”. Este é automaticamente associado a mercadoria, valor de troca, trabalho abstrato, produção para venda, lucro, fetichismo da mercadoria etc. Mas nada disso tem a ver com a idéia de mercado no socialismo, o qual não pode ser confundido com uma *economia de mercado*, como a capitalista, onde o mercado (ou a “lei do valor” na terminologia marxista) determina a produção e a distribuição: o quê, quanto, como, onde e para quem produzir, e a que preços. No socialismo o mercado é somente um mecanismo para a distribuição da produção; se houvesse abundância de bens e serviços, estes poderiam ser fornecidos gratuitamente às pessoas; como não há, o fornecimento tem de ser limitado, o que é feito não só pelo poder de compra das pessoas mas também pelos preços atribuídos aos bens e serviços. Esses preços, porém, não precisam ser fixados pelas “leis do mercado”, embora as condições de oferta e procura devam ser levadas em conta, para evitar distorções e desperdícios; assim, tendo por base os custos de produção, os preços podem ser aumentados ou diminuídos, em função da oferta e da demanda e por motivos de interesse social. Por outro lado, o mecanismo de mercado serve também para informar imediatamente às unidades produtivas (digamos às empresas) a respeito das preferências dos compradores; se essas unidades tiverem suficiente autonomia e flexibilidade, poderão ajustar-se com relativa rapidez às preferências manifestadas, evitando o fornecimento de produtos indesejados e, portanto, evitando o desperdício.

A história do colapso do “mundo soviético” deixou claro que a grande maioria de sua população escolheu voltar a viver no regime capitalista não só por motivos políticos (anseio por liberdades políticas e individuais, repulsa pelo governo e pelo partido oficial, etc.), mas também pelo cansaço de viver em situação geral de carência com períodos cada vez mais freqüentes de crises de abastecimento.

De nada adianta fazer críticas abstratas ao uso do mercado no socialismo, tratando-o como se fosse uma instituição capitalista. No nível atual de desenvolvimento das forças produtivas e nas condições específicas do socialismo, como sistema social que sucede o capitalismo e onde, portanto, as pessoas ainda estão impregnadas de hábitos, valores, concepções etc. herdados deste último, o mercado é o melhor mecanismo de distribuição da produção — ou, pelo menos, ainda não se conhece outro. O que concretamente pode-se fazer é aprimorar seu funcionamento, preservando ou ampliando os ideais socialistas. Até o colapso do “mundo soviético” esse era um dos principais temas de debates entre seus economistas, e até então muitas propostas interessantes foram apresentadas; porém, com raras exceções, nenhuma foi posta em prática.

Além das críticas abstratas ao uso do mercado no socialismo, existe uma, ingênua, que costuma associá-lo ao “consumismo”, como se a simples existência do mercado levasse à febre do consumo exacerbado. Mas, na verdade, essa febre é intencionalmente provocada pelo capitalismo, através de campanhas publicitárias, para elevar a demanda de seus produtos e serve também como arma ideológica — para mostrar o capitalismo como o sistema da abundância. Se essa febre chega a contaminar uma sociedade socialista não é por causa da simples existência do mercado, mas sim porque essa sociedade nada ou pouco tem de melhor para oferecer do que a ânsia pelo consumo, como for-

ma de compensar outras necessidades e expectativas não satisfeitas. Foi o que aconteceu na URSS e em outros países ditos socialistas da Europa nas últimas décadas de sua existência, quando passou-se a propagar o consumo diferenciado, equivalente ao das classes médias dos países capitalistas avançados, como compensação pela falta de liberdade e democracia; contudo, como não havia condições materiais para atingir esses níveis de consumo, suas populações se sentiram mais uma vez enganadas.

Para concluir, é preciso ressaltar que o mercado é um instrumento provisório, que tende a desaparecer com o desenvolvimento das forças produtivas até se chegar a um estado de abundância que permita a distribuição de acordo com as necessidades das pessoas. Mesmo em seu atual nível de desenvolvimento (isto é, o alcançado nos países capitalistas mais ricos), uma parcela considerável da produção já poderia ser distribuída gratuitamente à população, segundo suas necessidades. Esse é o caso de diversos tipos de serviços: educação, assistência médica, creches, transportes urbanos e outros. Na mesma situação poderia estar a distribuição de certos bens essenciais de consumo: pão, leite, remédios etc. E os bens duráveis de consumo também poderiam ser retirados do mercado de venda. Atualmente, nos países capitalistas, não apenas residências são alugadas, mas também uma grande diversidade

de outros bens: automóveis, computadores, aparelhos eletrodomésticos etc. Portanto, é perfeitamente possível imaginar uma sociedade socialista onde uma grande variedade de bens duráveis de consumo seja socialmente possuída e a partir daí cedida para uso privado dos indivíduos; em função do grau do desenvolvimento econômico dessa sociedade (e, assim, em função da menor ou maior disponibilidade desses bens) e do nível de consciência social dos indivíduos (que se reflete no modo como tratam os bens que lhes são cedidos), os produtos poderiam ser alugados por valores mais altos ou mais baixos ou até mesmo emprestados gratuitamente, em hipótese mais avançada. Considerando que muitos desses bens continuariam a sofrer rápida mudança tecnológica, a possibilidade de sua substituição periódica seria uma grande vantagem para seus usuários.

Como se vê, mesmo nas condições atuais das forças produtivas (que atingiram elevado nível), o papel do mercado numa sociedade socialista poderia ser consideravelmente reduzido – supondo-se, é claro, que a consciência social dos indivíduos também tenha alcançado um nível compatível. Em linhas gerais, a situação do mercado é semelhante à do Estado, conforme prevista por Marx e Engels: embora necessário na primeira fase da construção da sociedade comunista, tende a desaparecer no futuro.

